

**- XXXIX -****A EDUCAÇÃO PÚBLICA À MARGEM DA QUALIDADE****Maria Rita Santos da Silva**Universidade Federal do Amazonas (UFAM)  
mariarita.dmt@gmail.com**Jocélia Barbosa Nogueira**Universidade Federal do Amazonas (UFAM)  
[jocelia.bnogueira@hotmail.com](mailto:jocelia.bnogueira@hotmail.com)**Elenize Cristina Oliveira da Silva**Universidade Federal de Roraima (UFRR)  
[elenize\\_oliveira@yahoo.com.br](mailto:elenize_oliveira@yahoo.com.br)

A educação pública passa por processo complexo de mudanças que vem se configurando desde as duas últimas décadas do século XX, incidindo em reformas promovidas por uma governança corporativista que se organiza, institucionalmente, para atender aos interesses dos detentores do capital financeiro empresarial. Suas estratégias foram sendo consolidadas em um contexto histórico marcado por pactos que, de acordo com as análises de Cabral Neto (2007) teve seu apogeu na década de 1990, na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, momento em que representantes governamentais e empresariais assumiram o compromisso de garantir a melhoria da qualidade educacional.

Tais interesses culminam em políticas públicas educacionais ancoradas nas iniciativas de avaliação externa e na mais recente forma de qualificar a educação brasileira por meio de indicadores de qualidade. É nessa lógica de raciocínio que o objetivo desta produção científica consiste em analisar a educação pública diante de exigências consubstanciadas em aspectos quantificáveis reveladores de que a educação pública fica à margem da qualidade referendada socialmente.

A abordagem teórica compreende autores clássicos e contemporâneos como Cabral Neto (2007), Freitas (2009), Fonseca (2013) Guimarães-Iosif (2012), Saviani (2013; 2016), Silva (2018). Esses teóricos sintetizam suas críticas com análises baseadas na racionalidade de que as políticas educacionais integradas aos princípios neoliberais são constituídas nas relações negociadas entre representantes governamentais, grupos empresariais, políticos e demais organizações da sociedade civil.

A respeito dessas relações negociadas, Cabral Neto (2007) alerta que no Brasil, o alto índice de desigualdades sociais incide em objeto de pesquisa nos países em desenvolvimento da América Latina e do Caribe, ocorrida no século XX, resultando em mudanças na área educacional que objetivaram o redimensionamento de processos de modernização na administração pública.

Os processos de modernização no âmbito educacional tiveram sua origem na Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia em 1990, conforme análise de Cabral Neto (2007). A iniciativa foi uma estratégia da hegemonia política para a inserção da educação nas reformas de caráter neoliberal, com a intenção explícita de abranger a um projeto societário.

Nota-se que as concepções norteadoras da reorganização da educação pública confluem para a composição de um sistema de avaliação externa de caráter sistemático e contínuo, sob a tutela do movimento Educação para Todos (SILVA, 2018). Na contramão das necessidades inerentes a educação pública, Fonseca (2013) analisa que as metas e índices propostos na base de sustentação das políticas educacionais desencadearam processos de centralização financeira e descentralização da administração pública.

A racionalidade desenhada para as políticas educacionais brasileira coloca como medidas de qualidade indicadores como protagonistas das ações administrativo-educacionais em todo território brasileiro. Para consolidar a qualidade educacional tão propagada nos documentos oficiais é destacada a meta 20 no PNE/2014-2024 com preceitos sobre o financiamento para a educação e a periodicidade para atingir 10% até 2024. A intenção vislumbra assegurar as condições de financiamento para a educação pública brasileira, objetivando diminuir as desigualdades sociais, assim como o índice de pobreza apontados como entrave para o crescimento econômico no país (SAVIANI, 2016).

Sobre o assunto, Guimarães-Iosif (2012), tece críticas em torno do impacto da desigualdade de renda que imputa aos países mais pobres condições desfavoráveis à educação pública. A exemplo dessas desigualdades, o Coeficiente de Gini<sup>29</sup>, indicador que calcula a disparidade de renda entre os países, varia de 0 a 1, considerando-se que quanto menor, melhor é o índice de desigualdade. Este parâmetro internacional usado para medir a desigualdade de distribuição de renda demonstra que o Brasil é o 10º país mais desigual do

---

<sup>29</sup> Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

mundo, pois ficou com 0,515 em 2015, mesmo número registrado pela Suazilândia, sendo maior que o do Chile em 0,505 e do México, com 0,482<sup>30</sup>.

No cálculo de 2017, o Brasil é o terceiro que mais perde colocações nesse cálculo ajustado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento que estima a posição de desigualdade entre as nações. O Brasil perde na variação de posição em -19, tal como revela a tabela 01 a seguir.

**Tabela 1:** Posição de desigualdade entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento

	IDH	IDH (desigualdade)	Variação de posição
Mundo	0,717	<b>0,557</b>	Não se aplica
América Latina	0,751	<b>0,575</b>	Não se aplica
<b>Brasil</b>	0,754	<b>0,561</b>	-19
Índia	0,624	<b>0,454</b>	4
Rússia	0,804	<b>0,725</b>	1
Chile	0,847	<b>0,692</b>	-12
EUA	0,920	<b>0,796</b>	-10

Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano Globais (2016)

Nota-se que a principal causa de perda no resultado do índice brasileiro está diretamente relacionado com a desigualdade de renda, o que vem sendo observado e analisado por economistas e pesquisadores da área educacional ao tratar-se sobre o investimento na educação pública. No Brasil, entre 2004 e 2015, no governo considerado populista, o investimento feito na educação atingiu várias medidas integradas ao Plano de Desenvolvimento da Educação brasileira e o coeficiente de Gini caiu mais de 10%.

A essas iniciativas demarcadas no contexto de um sistema capitalista, o processo de modernização do Estado, bem como as políticas educacionais são vinculadas às políticas econômicas desencadeadas no processo de reestruturação do capital, tal como critica Guimarães-Iosif (2012), ao situá-las nas ações oriundas de uma governança pública integrada a um grupo de empresários corresponsáveis pela organização do movimento que nasce na orla das políticas internacionais. Sob esta ótica, a relação da avaliação externa e os processos de regulação e controle constituem-se de acordo com a abordagem de Saviani (2013) e de

<sup>30</sup> Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), 2016.

Freitas (2009), em processo negativo de submissão e alienação na qual emerge uma realidade cada vez mais competitiva e amplia-se, na esfera pública, a perspectiva mercadológica correlacionada a uma lógica gerencial empresarial, com exigências que levam a educação pública à margem da qualidade referendada socialmente.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Relatórios de Desenvolvimento Humano Globais* (2016). Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-2016-human-development-report-2017.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

CABRAL NETO, A. et al. (Org.). *Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais*. Brasília: Liber, 2007.

FONSECA, M. (orgs.). *Política e Planejamento Educacional no Brasil do Século XXI*. Brasília: Liber Livro, 2013.

FREITAS, L. C. et al. *Avaliação educacional: caminhando pela contramão*. 1. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

GUIMARÃES-IOSIF, R. (Org.). *Política e governança educacional: contradições e desafios na produção da cidadania*. Brasília, DF: Universa - Liber Livros, 2012.

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso J. et al. (Org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. *Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas*. Campinas: Autores Associados, 2016.

SILVA, M. R. S. *O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica refletido no trabalho escolar do ensino municipal de Manaus/AM*. 2018. 235f. Tese (Doutorado em Educação)–Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

Disponível em:

<[https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/6659/5/Tese\\_Maria%20Rita%20Santos%20da%20Silva%20PPGE](https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/6659/5/Tese_Maria%20Rita%20Santos%20da%20Silva%20PPGE)>. Acesso em: 19 out. 2018.